



# Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

MENSAGEM Nº 226/2013-ALE.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO encaminha a Vossa Excelência para os fins constitucionais o incluso Autógrafo de Lei nº 894/2013, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 46.558,16 em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 26 de junho de 2013.

Deputado **HERMÍNIO COELHO**  
Presidente - ALE/RO

RECEBIDO NA COTEL  
Em 27 / 06 / 2013  
Heras \_\_\_\_\_  
Por Roni



# Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 894/2013

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro até o montante de R\$ 46.558,16 em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro para dar cobertura orçamentária às despesas de capital, no presente exercício até o montante de R\$ 46.558,16 (quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), na Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS a serem alocados conforme Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O *superávit* financeiro indicado no *caput* deste artigo é proveniente de reprogramação do saldo financeiro do exercício de 2012, apurado na Cópia do Convênio, Balanço Patrimonial e Extrato Bancário.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 26 de junho 2013.

Deputado HERMINIO COELHO  
Presidente - ALE/RO



# Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 894/2013

### ANEXO I

| CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO |  |         | SUPLEMENTA       |               |
|--|--|---------|------------------|---------------|
| Código                                       | Especificação  | Despesa | Fonte de Recurso | Valor         |
|  | SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEAS                |         |                  | 46.558,16     |
| 23.001.08.244.1121.2041                      | PROMOVER INCLUSÃO PRODUTIVA E TECNOLÓGICA NA ÁREA RURAL E URBANA | 4490    | 0116             | 46.558,16     |
|  | TOTAL  |         |                  | R\$ 46.558,16 |





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA**

MENSAGEM N. 127 , DE 06 DE MAIO DE 2013.

**\*EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:**

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III do artigo 65, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$ 46.558,16 em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS".

Nobres Deputados, a presente propositura visa a dar cobertura orçamentária às despesas de capital até o montante de R\$ 46.558,16 (quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos) da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS, alocados na natureza de despesa constante do Anexo I, por solicitação e justificativas da referida unidade observada no Ofício n. 1033/GEPLAN/GAB/SEAS de 18 de abril de 2013 e documentação que acompanha o Projeto de Lei em pauta.

Informo, ainda, que os recursos necessários à suplementação ora pretendida são provenientes de reprogramação do saldo financeiro do exercício de 2012, para atender o Contrato de Repasse n. 262.267-44/MCT/CAIXA, que tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a Execução de Implantação do Centro de Acesso a Tecnologias para Inclusão Social, em Municípios do Estado de Rondônia.

Assim sendo, busco o apoio de Vossas Excelências consoante aos mandamentos legais dispostos no § 1º, inciso I, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, tendo em vista a necessidade de reforço ao orçamento estadual, para o presente exercício com recurso até o montante citado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

**CONFÚCIO AIRES MOURA**  
Governador





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA**

PROJETO DE LEI DE 06 DE MAIO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$ 46.558,16 em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro para dar cobertura orçamentária às despesas de capital, no presente exercício até o montante de R\$ 46.558,16 (quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), na Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS a serem alocados conforme Anexo I deste.

Parágrafo único. O Superávit Financeiro indicado no *caput* deste artigo é proveniente de reprogramação do saldo financeiro do exercício de 2012, apurado na Cópia do Convênio, Balanço Patrimonial e Extrato Bancário.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

CRÉDITO ADICIONAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO

ANEXO I

SUPLEMENTA

| Código                  | Especificação  | Despesa | Fonte de Recurso | Valor         |
|-------------------------|--|---------|------------------|---------------|
|                         | SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEAS                |         |                  | 46.558,16     |
| 23.001.08.244.1121.2041 | PROMOVER INCLUSÃO PRODUTIVA E TECNOLÓGICA NA ÁREA RURAL E URBANA | 4490    | 0116             | 46.558,16     |
|                         | TOTAL  |         |                  | R\$ 46.558,16 |

*[Handwritten signature]*





Ofício nº 1.033/GEPLAN/GAB/SEAS.

Porto Velho, 18 de Abril de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor  
GEORGE ALESSANDRO GONÇALVES BRAGA  
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN  
N E S T A

Referente: **Suplementação, Liberação Orçamentária e Financeira**

Senhor Secretário,

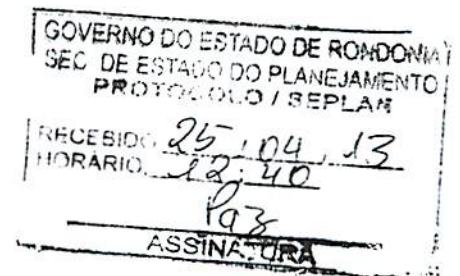
1. Com os nossos cordiais cumprimentos vimos solicitar que seja providenciado em nosso Orçamento, a **Suplementação**, a título de **SUPERAVIT**, em favor da Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS e liberação orçamentária para emissão de Nota de Crédito NC na conta **822120102**, no montante de R\$ 46.558,16 (quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), conforme demonstrativo anexo.

Atenciosamente,

*A  
CPG/SEPLAN  
P/ Sr. George Braga PL.  
25/04/13*

*[Handwritten Signature]*  
Marcio Antônio Pimentel  
Secretário Adjunto/SEPLAN

*[Handwritten Signature]*  
Marcio Antônio Felix Ribeiro  
Secretário de Estado de Assistência Social - SEAS  
Mat. 300103110





Solicitação de Liberação para Emissão de Nota de Crédito e Nota de Empenho  
Anexo 01 OF. Nº 1.033/GAB/SEAS de 18 de Abril de 2013.

**SUPERAVIT E LIBERAÇÃO FINANCEIRA**

| UG    | PA   | Elemento de Despesa | Fonte | Valor da Suplementação superavit | LIBERAR NA CONTA 822120102 | Descrição detalhada do objeto da liberação                 |
|-------|------|---------------------|-------|----------------------------------|----------------------------|--|
| 23001 | 2041 | 4490.52             | 0116  | 46.558,16                        | 46.558,16                  | Para atender o Contrato de Repasse nº262.267-44/MCT/CAIXA. |

**Marcio Antônio Felix Ribeiro**  
Secretário de Estado de Assistência Social - SEAS  
Mat. 300103110



## CONTRATO DE REPASSE Nº 262.267-44 / 2008/ MCT / CAIXA

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E A SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL-SEAS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE ACESSO A TECNOLOGIAS PARA INCLUSÃO SOCIAL.

Processo nº 2626.262.267-44/2008  
Nº seqüencial SICONV 0284

Por este instrumento particular, as partes adiante nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários, em conformidade com as disposições contidas no Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008, e suas alterações, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Instrução Normativa STN/MF nº 01, de 17 de outubro de 2005, e suas alterações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício, na Portaria MCT n.º 393 de 22 de junho de 2006, bem como no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulam a espécie, às quais os partícipes, desde já, se sujeitam, na forma a seguir ajustada:

I - CONTRATANTE - A UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, representado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 5 de junho de 2008, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Operador, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por **ROSSINI EWERTON PEREIRA DA SILVA**, RG nº 162.201 SSP/MA, CPF nº 040.658.912-72, residente e domiciliado em Porto Velho/RO, conforme procuração lavrada em notas do 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Brasília/DF no livro 2588 fls 024 e 025, em 21 / 08 / 2007, doravante e denominada simplesmente CONTRATANTE.

II - CONTRATADO - **SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL - SEAS**, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 09.317.468/0001-89, com sede em Avenida Guanabara, 3665, B: Liberdade, Porto Velho/RO, neste ato representado pela respectiva Secretária, Sra. **TÂNIA TEREZINHA AZEVEDO PIRES DA SILVA**, portador do RG nº 28.128 SSP/RO e CPF nº 028.312.442-38, residente e domiciliado em Rua Antônio Amaral, 1620, Cj Santo Antônio, B: São João Bosco, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

III - ENTE INTERVENIENTE - **GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 00.394.585/0001-71, com sede em Av. D. Pedro II, 608, Palácio Getúlio Vargas - Centro, Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo respectivo Governador, Sr.



# CAIXA

**IVO NARCISO CASSOL**, portador do RG nº 329.325 SSP/RO e CPF nº 304.776.409-97, residente e domiciliado em Av. Farquar, s/nº Residencial Jardim das Palmeiras, rua C, quadra H, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente ENTE INTERVENIENTE, que participa deste Contrato de Repasse em atendimento ao §5º do Art. 1º da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O presente Contrato de Repasse tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de Implantação de Centro de Acesso a Tecnologias para Inclusão Social, em Municípios do Estado de Rondônia.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2- O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução com os respectivos cronogramas, devidamente justificados, para o período de vigência deste Contrato de Repasse constam do Plano de Trabalho e dos respectivos Projetos Técnicos, anexos ao Processo acima identificado, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

2.1 - A eficácia deste Contrato de Repasse está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO da documentação abaixo especificada, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da assinatura do presente Instrumento Contratual, e à análise favorável pela CONTRATANTE, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da entrega da documentação pelo CONTRATADO: Projeto Técnico, Documentação de área.

2.2- O CONTRATADO, desde já e por este Contrato de Repasse, reconhece e dá sua anuência, que o não cumprimento da(s) exigência(s), no prazo acima estipulado, ou a não aprovação da proposta pela CONTRATANTE, implicará a rescisão de pleno direito do presente contrato, independentemente de notificação.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3 - Como forma mútua de cooperação na execução do objeto previsto na Cláusula Primeira, são obrigações das partes:

### 3.1 - DA CONTRATANTE

- a) manter o acompanhamento da execução físico-financeira do empreendimento, bem como atestar a aquisição dos bens pelo CONTRATADO, constantes do objeto previsto no Plano de Trabalho integrante deste Contrato de Repasse, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- b) transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de execução financeira aprovado, observando o disposto na Cláusula Sexta deste Contrato de Repasse, e a disponibilidade financeira do Gestor do Programa;
- c) analisar as eventuais solicitações de reformulação do Plano de Trabalho feitas pelo CONTRATADO, submetendo-as, quando for o caso ao Gestor do Programa;
- d) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CONTRATADO;
- e) fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas a este contrato de repasse independente de autorização judicial;



- f) publicar no Diário Oficial da União o extrato deste Contrato de Repasse e de suas alterações, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

### 3.2 - DO CONTRATADO

- a) executar os trabalhos necessários à consecução do objeto, a que alude este Contrato de Repasse, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos;
- b) ter consignado no Orçamento do corrente exercício ou, em prévia lei que autorize sua inclusão, os subprojetos ou subatividades decorrentes deste Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do Orçamento, podendo o CONTRATADO ser argüido pelos Órgãos de controle interno e externo pela eventual inobservância ao preceito contido nesta letra;
- c) manter, em Agência da CAIXA, conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse;
- d) apresentar à CONTRATANTE relatórios de execução físico-financeira relativos a este Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida;
- e) prestar contas dos recursos transferidos pelo Gestor, junto à CONTRATANTE, inclusive de eventuais rendimentos provenientes das aplicações financeiras legalmente autorizadas;
- f) propiciar, no local de execução das obras/serviços, os meios e as condições necessários para que a CONTRATANTE possa realizar inspeções periódicas, bem como os órgãos de controle externo;
- g) compatibilizar o objeto deste Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- h) restituir, observado o disposto na Cláusula Oitava, o saldo dos recursos financeiros não utilizados;
- i) observar o disposto na Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 5.504/05 e na IN STN 01, de 15 de janeiro de 1997 para a contratação de empresas para a execução do objeto deste Contrato de Repasse, bem como utilizar a modalidade de licitação Pregão para os casos de contratação de bens e serviços comuns, obedecendo o disposto nos incisos I a V do art. 1º da Portaria Interministerial (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda) nº 217, de 31.07.06, a qual o contratado declara conhecer seu inteiro conteúdo, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração de advogado não participante do processo de licitação acerca do atendimento ao disposto nas Leis citadas em especial à Lei 8.666/93 e suas alterações, inclusive quanto à forma de publicação;
- j) inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do contrato de repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- k) observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar, relativamente aos recursos contratados a título de contrapartida, estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000;
- l) adotar o disposto nas Leis 10.048, de 18.11.2000, e 10.098, de 19.12.2000, e no Decreto 5.296, de 02.12.2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- m) divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros;



# CAIXA

- n) notificar os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, com sede no Município, da liberação dos recursos, no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimentos dos recursos;
- o) responsabilizar-se pela operação e manutenção dos centros digitais, objeto deste contrato de repasse, pelo prazo mínimo de 10 anos;
- p) registrar as informações solicitadas na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/08 no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, à medida de sua implementação;
- q) comprometer-se a zelar pelo correto aproveitamento/funcionamento dos bens resultantes deste Contrato de Repasse, bem como promover adequadamente sua manutenção;
- r) tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto deste Contrato de Repasse.

## 3.3 - DO ENTE INTERVENIENTE

- a) Prestar contas, parciais e final, dos recursos recebidos juntamente com o CONTRATADO.

## CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4 - A CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO, de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho, até o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

4.1 - A título de contrapartida, o CONTRATADO alocará a este Contrato de Repasse, de acordo com o cronograma de execução financeira, o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

4.2 - Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados a este Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

4.3 - Recursos adicionais que venham ser necessários à consecução do objeto deste Contrato terão seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

4.4 - A movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse.

## CLÁUSULA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DAS OBRAS/SERVIÇOS

5 - O CONTRATADO, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início das obras e/ou serviços objeto deste Contrato de Repasse.

5.1 - A autorização mencionada acima ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual.

5.2 - Eventuais obras e/ou serviços executados antes da autorização da CONTRATANTE não serão objeto de medição com vistas à liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.



# CAIXA

## CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE SAQUE

6 - A liberação dos recursos financeiros será feita diretamente em conta bancária vinculada a este Contrato de Repasse, sob bloqueio, após sua publicação no Diário Oficial da União, cumpridas as exigências explicitadas na Cláusula Segunda e após autorização para início das obras/serviços disposta na Cláusula Quinta, e ocorrerá em conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

6.1 - A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro, após atestada, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida financeira da etapa correspondente e após comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO.

6.1.1 - A critério da CONTRATANTE, em se tratando de recursos de outros custeios e sob o regime de execução direta, a liberação dos recursos relativos à primeira parcela poderá ser antecipada na forma do cronograma de desembolso aprovado, ficando a liberação da segunda parcela e seguintes, exceto a última, condicionada à aprovação pela CONTRATANTE da comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

6.2 - O saque da última parcela ficará condicionado ao ateste, pela CONTRATANTE, da execução total do empreendimento objeto deste Contrato de Repasse, bem como à comprovação, pelo CONTRATADO, da integral aplicação do valor relativo à contrapartida exigível.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

7 - As despesas com a execução deste Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos partícipes para o exercício de 2008.

7.1 - As despesas da CONTRATANTE correrão à conta de recursos alocados no orçamento do Gestor, Unidade Gestora 240138, Gestão 00001, na Fonte de Recursos 100, com emissão de empenho pela Caixa Econômica Federal no seguinte programa:

a) Programa de Trabalho: 1912610086492-0124  
R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), 443041, Nota de Empenho nº 2008NE000499, emitida em 17/06/2008.

7.2 - A eficácia do presente Contrato de Repasse está condicionada à validade do empenho acima citado, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, este Contrato fica automaticamente extinto.

7.2.1 - No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro será reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

7.3 - A despesa do CONTRATADO com a execução deste Contrato de Repasse, a título de contrapartida, correrá à conta de recursos alocados no seu orçamento.



**CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS PELO CONTRATADO**

8 - A execução financeira deste Contrato de Repasse deverá atender às condições estabelecidas nesta Cláusula.

8.1 - A programação e a execução deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte, se for o caso.

8.2 - Os pagamentos devem ser realizados exclusivamente mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.2.1 - Excepcionalmente, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência deste Contrato de Repasse pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

8.3 - Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO incluirá no SICONV as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

8.4 - Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência deste Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que efetivamente realizadas na vigência deste Contrato de Repasse e se expressamente autorizada pela CONTRATANTE.

8.5- Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento.

8.6 - Os recursos transferidos pela CONTRATANTE deverão ser movimentados, única e exclusivamente, na Caixa Econômica Federal, Agência nº 0632, em conta bancária de nº 006.647.126-4, vinculada a este Contrato de Repasse.

8.6.1 - Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

8.6.1.1 - Fica a CONTRATANTE autorizada a promover as aplicações dos recursos creditados na conta bancária vinculada a este Contrato de Repasse nas hipóteses e segundo as modalidades de aplicação previstas nesta Cláusula.



8.6.2 - As receitas financeiras auferidas na forma deste item serão computadas a crédito deste Contrato de Repasse, podendo ser aplicadas dentro da vigência contratual na consecução de seu objeto e devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

8.6.2.1 - Na ocorrência de rendimentos negativos na aplicação financeira que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

8.7 - Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, após conciliação bancária da conta vinculada a este Instrumento, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CAIXA na época da restituição.

8.7.1 - A devolução prevista no item 8.7 acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independentemente da época em que foram aportados.

8.7.2 - Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
- d) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 8.6.2.

8.7.3 - O CONTRATADO, nas hipóteses previstas nos itens 8.7, 8.7.1 e 8.7.2, será notificado para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, restitua os valores dos repasses acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente.

8.7.4- Vencido o prazo previsto no item anterior sem que o CONTRATADO proceda a restituição dos valores, fica a CONTRATANTE autorizada, caso haja recursos disponíveis na conta vinculada, a proceder aos débitos dos valores respectivos e repassá-los à União.

8.7.5 - Na hipótese prevista no item 8.7.4 não havendo recursos suficientes para se proceder a completa restituição, deverá ser instaurada a imediata Tomada de Contas Especial, providenciada pela CONTRATANTE.

8.8 - Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.



**CLÁUSULA NONA - DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

9 - Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência deste Contrato de Repasse, previstos no Plano de Trabalho, quando da extinção deste Contrato, serão de propriedade do CONTRATADO.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRERROGATIVAS**

10 - É o Gestor do Programa a autoridade normatizadora, com competência para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

10.1 - Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão deste Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

10.2 - É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes a este Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução da obra/serviço, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO**

11 - Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa, nos termos do art. 54, parágrafo primeiro, do Decreto nº 93.872/86.

11.1 - As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do **CONTRATADO**, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo e pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE.

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento, sempre que julgar conveniente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

12 - A Prestação de Contas referente ao total dos recursos de que trata a Cláusula Quarta, deverá ser apresentada à CONTRATANTE até 30 (trinta) dias após o término da vigência do contrato ou da efetivação do último pagamento, o que ocorrer primeiro.

12.1 - Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da Prestação de Contas final a que se refere o caput desta cláusula, o CONTRATADO será notificado para que, no prazo de 30



(trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, adote as providências para sanar a irregularidade, ou cumprir a obrigação.

12.1.1 - Decorrido o prazo da notificação sem que a irregularidade tenha sido sanada, ou cumprida a obrigação, a CONTRATANTE comunicará o fato, de imediato, ao respectivo órgão responsável pelo controle interno, providenciando junto ao órgão de contabilidade analítica a instauração de Tomada de Contas Especial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS**

13 - Correrão às expensas do CONTRATADO os valores relativos às despesas extraordinárias incorridas pela decorrentes de reanálise, por solicitação do CONTRATADO, de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia, das despesas resultantes de vistoria de etapas de obras não previstas originalmente, bem como de publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AUDITORIA**

14 - Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872/86.

14.1 - É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS**

15 - É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização do CONTRATADO para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

15.1 - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

16 - A vigência deste Contrato de Repasse iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia 30 de dezembro de 2009, possibilitada a sua prorrogação mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.



**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

17 - O presente Contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando as contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/08 e demais normas pertinentes à matéria.

17.1 - Constitui motivo para rescisão do presente Contrato o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

17.1.1 - A rescisão do Contrato, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO**

18 - A alteração deste Contrato de Repasse, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a concordância da CONTRATANTE.

18.1 - A alteração do prazo de vigência deste Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida "de ofício" pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e mediante firmação de Termo Aditivo.

18.2 - A alteração contratual referente ao valor do contrato será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a alteração para maior dos recursos oriundos da transferência, tratados na Cláusula Quarta, item 4, sob decisão unilateral exclusiva do Gestor.

18.3 - É vedada a alteração do objeto previsto neste Contrato, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES**

19 - Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução deste contrato deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

19.1 - As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao presente Contrato de Repasse serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, telex ou fax.

19.2 - As correspondências dirigidas ao CONTRATADO deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Guanabara, 3665, B: Liberdade, Porto Velho/RO.

19.3 - As correspondências dirigidas à CONTRATANTE deverão ser entregues no seguinte endereço: Caixa Econômica Federal, Superintendência Regional: Rondônia, Av. Carlos Gomes, 660, Caiari, Porto Velho/RO.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20 - Para dirimir os conflitos decorrentes deste Contrato de Repasse fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados, firmam este Instrumento em 02 (vias) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que assinam, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Porto Velho \_\_\_\_\_, 31 de Dezembro de 2008  
Local/Data

Assinatura da contratante  
Nome: ROSSINI EWERTON PEREIRA DA SILVA  
CPF: 040.658.912-72

Assinatura do contratado  
Nome: TÂNIA TEREZINHA AZEVEDO PIRES DA SILVA  
CPF: 028.312.442-38

Assinatura do ente interveniente (quando for Governador o caso)  
Nome: IVO NARCISO CASSOL  
CPF: 304.776.409-97

## Testemunhas

Sjany  
Genivaldo Douglas Vasconcelos  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: 139.154.012.34

Postata  
Nome: Nome Correlaciona Postata  
CPF: 106.021802-78



|                |
|----------------|
| Grau de Sigilo |
| #00            |

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 262.267-44/MCT/CAIXA, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E A SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL-SEAS, NA FORMA ABAIXO:**

A UNIÃO FEDERAL, por meio da CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06/03/1970, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05/06/2008, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, e - **SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL - SEAS**, inscrito no CNPJ-MF sob o nº **09.317.468/0001-89**, na qualidade de CONTRATADO no Contrato de Repasse nº 262.267-44, representados neste ato pelos abaixo assinados, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir relacionadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

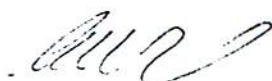
O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o item nº 16\_ da Cláusula Décima Sexta do Contrato de Repasse nº 262.267-44 de 31/12/2008, realizado segundo os termos do Programa INCLUSÃO DIGITAL do MCT, que passa a ter a seguinte redação:

**"CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

16 - A vigência deste Contrato de Repasse/Termo de Compromisso iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia **30 de ABRIL de 2013**, possibilitada a sua prorrogação mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado."

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato vinculado ao Termo de Compromisso ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.







Termo Aditivo ao Contrato de Repasse vinculado ao Termo de Compromisso

**CLÁUSULA TERCEIRA**

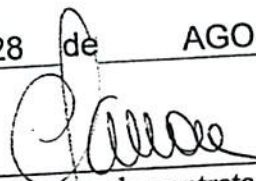
O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial da União, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente em 02 vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo.

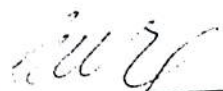
Porto Velho  
Local/data

28 de AGOSTO de 2012


Assinatura da contratante sob carimbo  
Nome:

  
Assinatura do contratado  
Nome: CLAUDIA LUCENA AIRES  
MOURA  
CPF: 408.591.502-91

CPF:

  
Assinatura do ente interveniente (quando for o caso)  
Nome: CONFUCIO AIRES MOURA  
CPF 037.338.311-87

**Testemunhas**

  
Nome: Sorely de Fátima Moura  
CPF: 064.183.338-94

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 262.267-44/MCT/CAIXA, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E A SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL-SEAS, NA FORMA ABAIXO:**

A UNIÃO FEDERAL, por meio da CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06/03/1970, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05/06/2008, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, e - **SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL - SEAS**, inscrito no CNPJ-MF sob o nº **09.317.468/0001-89**, na qualidade de CONTRATADO no Contrato de Repasse nº 262.267-44, representados neste ato pelos abaixo assinados, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir relacionadas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o item nº 16\_ da Cláusula Décima Sexta do Contrato de Repasse nº 262.267-44 de 31/12/2008, realizado segundo os termos do Programa INCLUSÃO DIGITAL do MCT, que passa a ter a seguinte redação:

#### **“CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

16 - A vigência deste Contrato de Repasse/Termo de Compromisso iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia **30 de OUTUBRO de 2013**, possibilitada a sua prorrogação mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.”

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato vinculado ao Termo de Compromisso ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial da União, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.








Termo Aditivo ao Contrato de Repasse vinculado ao Termo de Compromisso

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente em 02 vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo.

Porto Velho \_\_\_\_\_, 22 de ABRIL de 2013  
Local/data

Assinatura da contratante sob carimbo  
Nome: MÁRCIO AUGUSTO DE LIMA  
MOURÃO  
CPF: 373.201.901-25

Assinatura do contratado  
Nome: MÁRCIO ANTONIO FELIX RIBEIRO  
CPF: 289.643.222-15

  
Assinatura do ente interveniente (quando for o caso)  
Nome: CONFUCIO AIRES MOURA  
CPF 037.338.311-87

Testemunhas

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**PLANO DE TRABALHO**

**1.0 - Dados Cadastrais**

|  |  |   |                                     |
|--|--|---|-------------------------------------|
| Órgão / Entidade Proponente : Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS            |  |   |                                     |
| Endereço: Rua: Padre Chiquinho, nº. 670, Bairro: Pedrinhas                                 |  |   |                                     |
| Cidade:<br>Porto Velho   | UF<br>RO   | CEP:<br>78.903-038                                | DDD / Telefone:<br>(069) 3216. 5251 |
| Conta Corrente<br>647126-4   | Banco :<br>Caixa Econômica Federal               |   | Agência :<br>0332 006               |
| Responsável Legal: Tânia Terezinha Azevedo Pires da Silva                                  |  | CPF:<br>028.312.442-38                            |                                     |
| CI / Órgão Exp:<br>28.128 SSP / RO   | Cargo: Secretária Estadual de Assistência Social | Função: Secretária Estadual de Assistência Social |                                     |
| Endereço: Rua: Antônio do Amaral, Nº. 1620, Conjunto Santo Antônio – Bairro São João Bosco |  |   |                                     |

**2.0 - Descrição do Projeto**

| Título do Projeto   | Período de Execução |                   |
|---|---------------------|-------------------|
|   | Início (mês/ano)    | Término (mês/ano) |
| É PRECISO NAVEGAR   | 17/08/08            | 17/08/09.         |
| Identificação do Objeto:<br>Aquisição de Equipamentos de Informática para montagem de Tele Centro, envolvendo 02 (duas) instituições parceiras da Secretaria de Estado de Assistência Social, sendo 01 (uma) na cidade de Porto Velho e 01 (uma) em Ji-Paraná.  |                     |                   |
| Justificativa da Proposição<br>O Projeto "É PRECISO NAVEGAR", referente Emenda Parlamentar com função programática de nº. 19.126.1008.6492, ao Ministério de Ciência e Tecnologia é fruto dos estudos sócio-econômicos realizados pela Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS relacionado à tecnologia da informação para consolidar a cidadania e combater o analfabetismo digital, visando garantir a privacidade e segurança digital do cidadão, sua inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local, com geração de trabalho e renda. Um dos objetivos |                     |                   |



principais do projeto é organizar uma rede de unidades de múltiplas funções que permitam que as pessoas adquirirem autonomia tecnológica básica, tendo como resultado e compromisso social a formação de recursos humanos que possam ser multiplicadores de ações e informações, promovendo assim a inclusão digital com ajuda da tecnologia.

### 3.0 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

| Meta | Etapa<br>Fase | Especificação   | Indicador Físico   |            | Duração  |          |
|------|---------------|---|--------------------|------------|----------|----------|
|      |               |   | Unidade            | Quantidade | Início   | Término  |
| 01   | a             | Liberação de Recursos   | Processo           | 01         | set/2008 | ----     |
| 02   | a             | Processo Licitatório  | Processo           | 01         | Nov/2008 | ----     |
| 03   | a             | Levantamento das informações sobre a clientela a ser atendida | município          | 01         | Nov/2008 | ----     |
|      | b             | Reunião de Trabalho com as Instituições envolvidas            | Reunião            | 01         | Nov/2008 | ----     |
| 04   | a             | Montagem dos tele centro                                      | Técnicos           | 02         | Dez/2008 | Jan/2009 |
| 05   | a             | Monitoramento e avaliação continuada                          | Técnicos e Pessoal | 01         | Dez/2008 | Jun/2009 |

### 4.0 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

| Código | Natureza da Despesa                               | Proponente<br>(Contrapartida) | Concedente<br>MCT | Total          |
|--------|---|-------------------------------|-------------------|----------------|
|        | Obras Civas / Construção e Instalações            | R\$ 8.800,16                  | ----              | R\$ 8.800,16   |
|        | Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanentes | R\$ 9.759,84                  | R\$ 100.000,00    | R\$ 109.759,84 |
|        | Aquisição de Material de Consumo                  | R\$ 1.440,00                  | ----              | R\$ 1.440,00   |
|        | Total   | R\$ 20.000,00                 | R\$ 100.000,00    | R\$ 120.000,00 |

### 5.0 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00) CONCEDENTE (PARCELA ÚNICA)

| Meta | Janeiro | Fevereiro  | Março    | Abril   | Maio     | Junho    |
|------|---------|------------|----------|---------|----------|----------|
|      | *****   | *****      | *****    | *****   | *****    | *****    |
| Meta | Julho   | Agosto     | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|      | *****   | 100.000,00 | *****    | *****   | *****    | *****    |

**PROPONENTE ( CONTRA PARTIDA)**

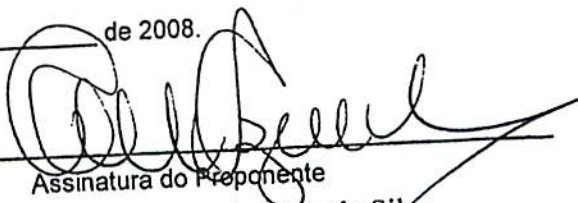
|             |                |                  |                 |                |                 |                 |
|-------------|----------------|------------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|
|             |                |                  | <b>Março</b>    | <b>Abril</b>   | <b>Maió</b>     | <b>Junho</b>    |
| <b>Meta</b> | <b>Janeiro</b> | <b>Fevereiro</b> | *****           | *****          | *****           | *****           |
|             | *****          | *****            |                 |                |                 |                 |
| <b>Meta</b> | <b>Julho</b>   | <b>Agosto</b>    | <b>Setembro</b> | <b>Outubro</b> | <b>Novembro</b> | <b>Dezembro</b> |
|             | *****          | 20.000,00        | *****           | *****          | *****           | *****           |

**6.0 - DECLARAÇÃO**

Declaro, para fins de prova junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia que: 1 - Atesto o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº. 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000 e da Lei nº. 1787 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), de 24 de Outubro de 2007; 2- Os Recursos próprios relativos a contrapartida, no montante acima indicado, corresponde a 20% do valor do projeto estão devidamente assegurados na Lei Orçamentária nº1842, de 28 de dezembro de 2007; Unidade: 2301 - Secretaria de Estado de Assistência Social, Programa de Trabalho nº. 5.244.1223.2992, Fonte: 0100 , Natureza da despesa 33.90.39 e 44.90.52. e inexistente qualquer débito junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União.

Pede deferimento,

Porto Velho, Ro \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

  
 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Proponente  
 Tânia Terezinha Azevedo Pires da Silva

**7.0 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE**

Local e Data

\_\_\_\_\_  
 Sérgio Rezende  
 Ministro de Ciência e Tecnologia



**:: Extrato das Contas Individuais**

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

632600019

Conta Referência:

0632/013/06647126-3

Nome:

SEAS

Período:

de: 01/12/2012 até: 31/12/2012

| <b>Data Mov</b> | <b>Nr. Doc.</b> | <b>Histórico</b> | <b>Taxa</b> | <b>Valor (R\$)</b> | <b>Saldo (R\$)</b> |
|-----------------|-----------------|------------------|-------------|--------------------|--------------------|
| 21/12/2012      | 000000          | REM BASICA       | 0,00000000  | 0,00               | 46.326,53C         |
| 21/12/2012      | 000000          | CRED JUROS       | 0,00500000  | 231,63C            | 46.558,16C         |
| 31/12/2012      | -               | Saldo Atualizado |             |                    | 46.558,16C         |

EM R\$.

| A T I V O                      |              |              |               | P A S S I V O                   |              |              |               |
|--------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------------------------|--------------|--------------|---------------|
| <b>Ativo Financeiro</b>        |              |              |               | <b>Passivo Financeiro</b>       |              |              |               |
| Disponível                     |              |              |               | Depositos                       |              |              |               |
| Bancos Conta Movimento         | 10648.779,63 |              |               | Consignacoes                    | 166.393,44   |              |               |
| Aplicacao Financeira           | 0,00         |              |               | Outros Depositos                | 0,00         |              |               |
| Outros Recursos Disponiveis    | 0,00         | 10648.779,63 |               | Depositos de Diversas Origens   | 1.034,01     | 167.427,45   |               |
| <b>Creditos em Circulacao</b>  |              |              |               | <b>Obrigacoes em Circulacao</b> |              |              |               |
| Credito a Receber              | 0,00         |              |               | Restos a Pagar                  | 23019.155,83 |              |               |
| Devedores Entidades e Agentes  | 12.349,82    |              |               | Outros Credores                 | 0,00         |              |               |
| Realizavel a Curto Prazo       | 0,00         |              |               | Sentencas Judiciais             | 0,00         |              |               |
| Valores em Transito Realizave  | 0,00         | 12.349,82    |               | Outras Obrig.por Emp. Liquida   | 0,00         |              |               |
|                                |              |              |               | Credores Entidades e Agente     | 0,00         |              |               |
|                                |              |              |               | Outras Obrigacoes em circulaca  | 0,00         | 23019.155,83 |               |
|                                |              |              |               | Valores Pendentes               | 0,00         | 0,00         | 23186.583,28  |
|                                |              |              |               | Valores pendentes a C. Prazo    | 0,00         |              |               |
| <b>Valores Pendentes</b>       |              |              |               |                                 |              |              |               |
| Valores Pendentes a C. Prazo   | 0,00         | 0,00         |               |                                 |              |              |               |
| Investimentos de RPPS          |              |              |               |                                 |              |              |               |
| Invest.Segmento Renda Fixa     | 0,00         |              |               |                                 |              |              |               |
| Invest.Segmento Renda Varia.   | 0,00         |              |               |                                 |              |              |               |
| Invest.Segmento de Imoveis     | 0,00         |              |               |                                 |              |              |               |
| (-) Provisao Para Perdas em I  | 0,00         | 0,00         | 10661.129,45  |                                 |              |              |               |
| <b>Ativo Permanente</b>        |              |              |               | <b>Passivo Permanente</b>       |              |              |               |
| Estoques                       | 244.432,32   | 244.432,32   |               |                                 |              |              |               |
| Realizavel a Longo Prazo       |              |              |               |                                 |              |              |               |
| Deposito Realizavel a L.Prazo  | 0,00         | 0,00         |               |                                 |              |              |               |
| Creditos a Longo Prazo         |              |              |               |                                 |              |              |               |
| Creditos Tributarios           | 0,00         |              |               |                                 |              |              |               |
| Creditos nao Tributarios       | 0,00         |              |               |                                 |              |              |               |
| Devedores Entidades e Agentes  | 0,00         |              |               |                                 |              |              |               |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS   | 0,00         |              |               |                                 |              |              |               |
| CREDITOS A RECEBER             | 0,00         |              |               |                                 |              |              |               |
| TITULOS E VALORES              | 0,00         | 0,00         | 244.432,32    |                                 |              |              |               |
| Investimentos                  |              |              |               |                                 |              |              |               |
| Participacoes Societarias      | 0,00         | 0,00         |               |                                 |              |              |               |
| Imobilizado                    |              |              |               |                                 |              |              |               |
| Bens Imoveis                   | 1595.959,90  |              |               |                                 |              |              |               |
| Bens Moveis                    | 10019.762,20 |              |               |                                 |              |              |               |
| Outros Bens Moveis e Imoveis   | 0,00         |              |               |                                 |              |              |               |
| Titulos e Valores              | 0,00         |              |               |                                 |              |              |               |
| Bens Intangiveis               | 0,00         | 11615.722,10 | 11615.722,10  |                                 |              |              |               |
| <b>Soma do Ativo Real</b>      |              |              |               | <b>Soma do Passivo Real</b>     |              |              |               |
|                                |              |              | 22521.283,87  |                                 |              |              | 23186.583,28  |
| <b>Patrimonio</b>              |              |              |               | <b>Patrimonio</b>               |              |              |               |
|                                |              |              |               |                                 |              |              | 0,00          |
| <b>Passivo Real Descoberto</b> |              |              |               | <b>Ativo Real Liquido</b>       |              |              |               |
|                                |              |              | 665.299,41    |                                 |              |              |               |
| <b>Ativo Compensado</b>        |              |              |               | <b>Passivo Compensado</b>       |              |              |               |
| Compensacoes Ativas Diversas   |              |              |               | Titulos e Valores sob Respons   | 856.705,00   |              |               |
| Resp. Por Tit. e Valores       | 856.705,00   |              |               | Bens em Comodato                | 0,00         |              |               |
| Comodatos de Bens              | 0,00         |              |               | Valores em Garantia             | 0,00         |              |               |
| Garantia de Valores            | 0,00         |              |               | Direitos e Obrig. Contratadas   | 16318.177,78 |              |               |
| Direitos e Obrig. Contratuais  | 16318.177,78 |              |               | Compensacoes Diversas           | 0,00         |              |               |
| Outras Compensacoes            | 0,00         | 17174.882,78 | 17174.882,78  |                                 |              |              |               |
| <b>TOTAL GERAL</b>             |              |              |               | <b>TOTAL GERAL</b>              |              |              |               |
|                                |              |              | 40.361.466,06 |                                 |              |              | 40.361.466,06 |

Marcio Antonio Felix Ribeiro  
 Secretário de Estado de Assistência Social-SEAS  
 Mat. 300103110

Elysmar de Jesus Barbosa  
 Gerente GAF/SEAS  
 Mat. 300039637

José Clóvis Ferreira  
 Técnico Contabilidade  
 CRC/RO 4690/O-2